



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADOS DOS
ASSUNTOS PARLAMENTARES
ENTRADA N.º 4149
DATA: 08/07/2016

Ex.^{mo} Senhor
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Secretário de
Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Of. n.º 2072 Ent. 3327	09/06/2016	P.º 2419/2015 N.º 1713	- 8 JUL, 2016

ASSUNTO: Pergunta n.º 1958/XIII/1.^a de 09 de junho de 2016, do CDS-PP (Deputados João Rebelo, Ana Rita Bessa e Helder Amaral) - Centro Educativo do Mondego

Em referência ao V. ofício acima mencionado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.^a a resposta à Pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Elisabete Matos

LMI/MJP

NOTA

Assunto: Resposta à pergunta n.º 1958/XIII (1.ª) de 9 de junho, dos Senhores Deputados João Rebelo (CDS-PP), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Hélder Amaral (CDS-PP), relativa ao Centro Educativo do Mondego.

Os Senhores Deputados do grupo parlamentar do CDS-PP acima identificados colocam à Senhora Ministra da Justiça as seguintes questões:

“1- Qual é a posição do Governo em relação ao futuro do Centro Educativo do Mondego? Vai encerrá-lo? Se sim, quais os fundamentos e por que é que têm de ser os jovens internos do CEM a serem deslocados para outra unidade e não o contrário, uma vez que existem condições para aumentar a sua população existente à data?

2- Em caso de encerramento, quais as soluções, no que respeita à recolocação do pessoal afeto ao CEM, na mesma área geográfica onde esta unidade se encontra?

3- Em caso de reafectação de pessoal estão em causa as suas carreiras, correspondente remuneração e complementos salariais e os respetivos conteúdos funcionais?

No que respeita ao Centro Educativo do Mondego, o mesmo encontra-se em pleno funcionamento.

A redução do número de jovens internados que se tem vindo a registar poderá conduzir a Tutela, em articulação com a Direção-Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais, a ponderar uma reorganização dos Centros Educativos, no entanto, na presente data, é muito prematuro avançar com qualquer outra informação porquanto nenhuma decisão se encontra tomada nesta matéria.

Gabinete da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, 28 de junho de 2016